



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 260/XII/4.ª SL

Aos trinta dias do mês de abril de 2015, pelas 14:15 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das Atas n.ºs 256 e 257;
2. Fixação da redação final do seguinte diploma: Regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais [Proposta de Lei n.º 266/XII (4.ª) (GOV)];
3. Distribuição do Projeto de Lei n.º 860/XII (4.ª) (PCP) - Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores, procedendo à 6.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho, e à revogação da Lei n.º 68/2013, de 29 de Agosto, que estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas
Deputado autor do parecer: GP PSD
4. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório Portugal na União Europeia – 2014 (a remeter à CAE até dia 30 de abril)
Deputado relator: António Cardoso (PS);
5. Deliberação sobre as iniciativas europeias selecionadas para escrutínio pela 10.ª Comissão constantes do PTCE para 2015 – Um novo começo [COM(2014)910 final];
6. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 261/XII (2.ª), da iniciativa de Vítor Miguel Pereira da Silva - Pelo reconhecimento da profissão de criminólogo em Portugal
Relatora: Deputada Teresa Costa Santos (PSD);
7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por pôr em apreciação as atas n.ºs 256 e 257, referentes às reuniões de 15 e 16 de abril de 2015, as quais, submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No segundo ponto da Ordem do Dia, foi fixada por unanimidade, registando-se a ausência do BE, a redação final do diploma relativo ao *Regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais*, tendo sido acolhidas as sugestões de melhoria de redação constantes da Informação n.º 34/DAPLEN/2015, de 17 de abril, com exceção da proposta para o n.º 3 do artigo 2.º do projeto de decreto, que consistia no aditamento da palavra ainda (A presente lei aplica-se ainda...).

No ponto seguinte da Ordem do Dia, procedeu-se à distribuição do Projeto de Lei n.º 860/XII (4.ª) (PCP), tendo sido designada autora do parecer a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD).

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado António Cardoso (PS) apresentou de forma sucinta o parecer relativo ao Relatório Portugal na União Europeia 2014. Interveio o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) para sublinhar que, não obstante o mesmo ser factual, há considerações com as quais o GP do PCP discorda, razão pela qual o sentido de voto é abstenção. Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

No ponto seguinte, na sequência de solicitação feita pela CAE no decurso do ano 2015, e sem prejuízo de eventuais ajustamentos a que seja necessário proceder, ratificou a Comissão o conjunto infra elencado de iniciativas europeias para escrutínio em 2015, constantes do Programa de Trabalho da Comissão Europeia, das quais tinha sido dado conhecimento informal à CAE em 23 de abril p.p.:

- Do Anexo I – Novas iniciativas duas iniciativas no âmbito do tema Um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento e uma no âmbito do tema Um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial, fazendo depender o escrutínio do conteúdo das mesmas;
- Do Anexo III – Ações no âmbito do REFIT, dependendo do respetivo conteúdo, poderá a 10.ª comissão pronunciar-se relativamente ao disposto no ponto 21. - Iniciativa legislativa que vai proceder à consolidação de três diretivas no domínio da informação e da consulta dos trabalhadores, tomando em consideração os resultados de uma consulta dos parceiros sociais.

No quinto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputado Teresa Costa Santos (PSD) apresentou de forma sucinta o relatório final relativo à Petição n.º 261/XII (2.ª), o qual, submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Em outros assuntos, o Senhor Presidente informou que a audição do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, motivada pela apresentação de um requerimento potestativo por parte do GP do PCP, tinha ficado agendada para a tarde do dia 9 de junho.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas quinze horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 14 de maio de 2015.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 30 de abril de 2015

Folha de Presenças

(Ata n.º 260/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
David Costa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Teresa Costa Santos
António Cardoso
Isilda Aguincha
Maria Conceição Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Andreia Neto
Catarina Marcelino
Idália Salvador Serrão
Inês Teotónio Pereira
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Sónia Fertuzinhos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

João Paulo Pedrosa